



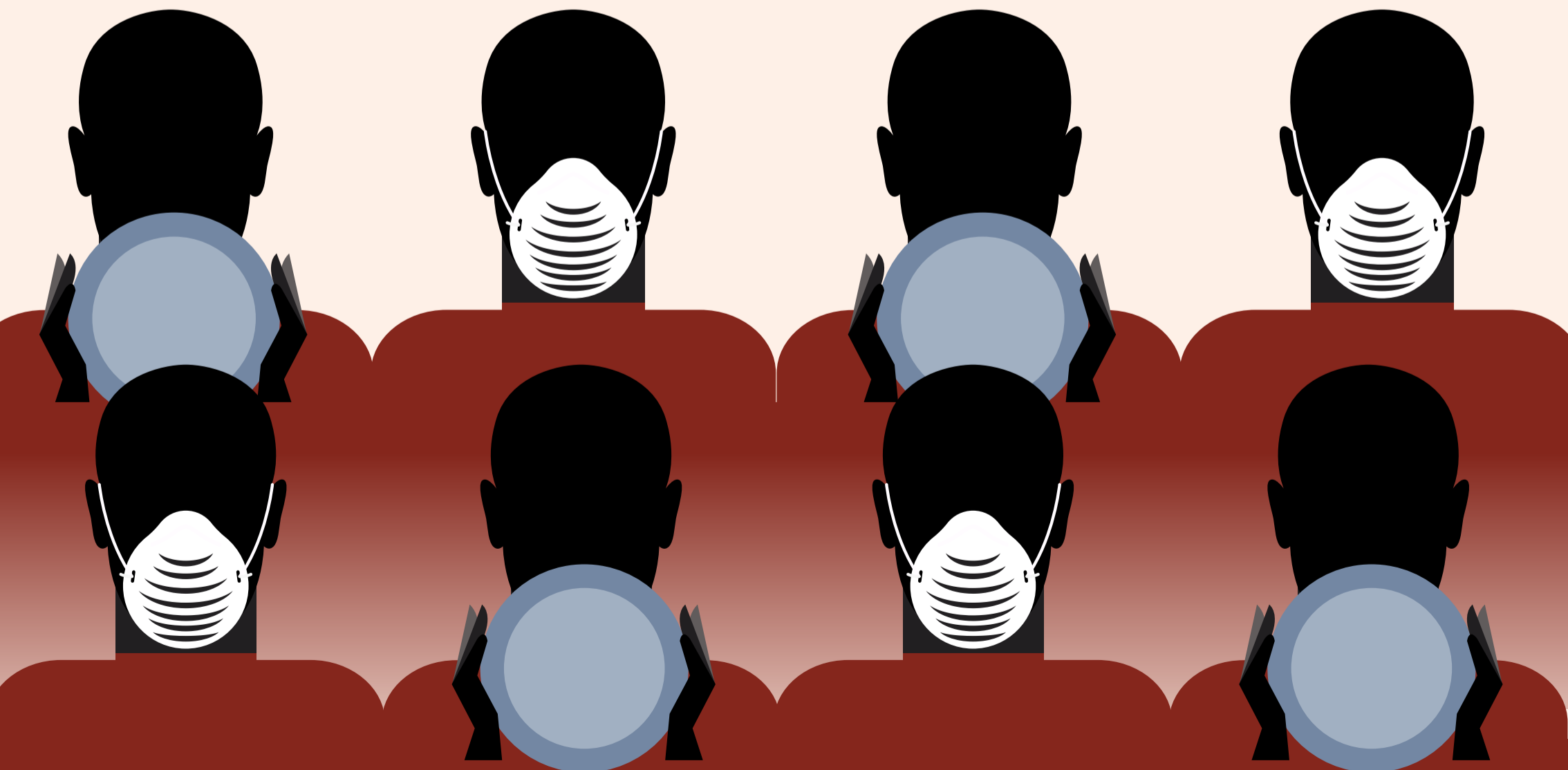
## ADUFRJ FAZ ATIVIDADES VIRTUAIS NA QUARENTENA

Páginas 8 e 9

# NEM MORRER DOENTE

> Governo impõe falsa dicotomia aos brasileiros, edita pacote tímido de ajuda financeira e presidente faz campanha irresponsável contra quarentena. Especialistas da UFRJ analisam cenário econômico e propõem soluções. Páginas 2 a 7

# NEM VIVER COM FOME



**#FiqueEmCasa**

## EDITORIAL

## NADA SERÁ COMO ANTES

## DIRETORIA

Concluimos a primeira quinzena de quarentena produtiva. Aprendemos muito nesses dias, descobrimos novas formas de sociabilidade, assim como as dificuldades de uma vida limitada a um pequeno espaço físico e, ao mesmo tempo, em conexão permanente com o que acontece no mundo. Essa experiência prolongada de simultaneidade e isolamento certamente deixará marcas profundas em cada um de nós. O mundo que conhecemos sofrerá transformações bastante significativas, mas de alcance ainda imprevisível. É com essa convicção, a de que estamos vivendo um momento histórico de enorme significação para a humanidade, que estamos preparando os nossos jornais. Para que sejam um documento vivo de nossos esforços, que conte-

nham ao menos um pouco do que estamos tentando construir.

Hoje deveríamos ter um único inimigo, a pandemia do coronavírus. Mas até o fechamento desta edição, permanecemos como um dos poucos países do mundo cujo chefe de Estado insiste em sua política de ódio e negacionismo, isolado de todas as grandes nações que já compreenderam o abismo que se formará caso o Estado não cumpra com firmeza o seu papel de preservação do bem estar da sociedade. Temos, portanto, dois adversários a enfrentar. E é sobre isso que trata toda a edição do jornal. Não há dicotomia entre preservar a economia e preservar a vida, e reafirmamos que essa conta não poderá ficar nas costas dos assalariados, sejam eles da iniciativa privada ou empregados públicos. E mais, cortar bolsas de pesquisa e salários, quando as universidades e centros de pesquisa, em todo o país, se mobilizam para dar respostas eficientes e justas para combater o corona-

vírus, é no mínimo uma política criminosa.

Somos o testemunho dessa intensa batalha travada nos meios de comunicação e nos espaços institucionais e de representação política. Ao lerem com atenção cada notícia, verão que se trata de reconduzir a generosidade e o compromisso com a sociedade para o centro das nossas atenções, valores que foram sendo descartados por uma cultura de hiper individualismo e do salve-se quem puder, mas que agora retornam como condição necessária e urgente para o enfrentamento da crise que vivemos. Destacamos aqui o nosso agradecimento a quem viabiliza e garante nossa atuação, porque agora, ainda mais do que antes, a ADUFRJ depende do esforço e do trabalho do seu corpo de funcionários, do entusiasmo e da dedicação com que cada um abraçou como sendo sua também a responsabilidade de fazer com que o sindicato se faça presente, e faça diferença na vida

dos professores da UFRJ.

Nenhum de nós trará isoladamente a chave da salvação ou o remédio milagroso que nos curará de uma ferida que mal conseguimos vislumbrar. Mas temos a confiança de que encontraremos juntos as respostas possíveis e necessárias. Os primeiros sinais demonstram que estamos afastando e isolando o vírus do ódio e da ignorância. Estamos retomando lentamente o reconhecimento social sobre o valor da ciência, da informação qualificada e da pesquisa criteriosa para a defesa da vida. E na semana em que completamos 56 anos do golpe que instaurou a ditadura militar, redobramos a atenção, pois a democracia, ainda que frágil, conquistada com o esforço e sacrifício de várias gerações, precisa ser reafirmada e protegida a todo custo. Esse é o caminho que nos anima, esse será o caminho que trilharemos sempre. Custe o que custar.

FOTOS: FERNANDO SOUZA

## IMAGENS DA SEMANA

## JANELAS DA DEMOCRACIA: MILHARES DE BRASILEIROS EXIGEM 'DITADURA NUNCA MAIS'

■ A noite de 31 de março de 2020 terminou com milhares de brasileiros nas janelas gritando 'fora, Bolsonaro' e lembrando o golpe militar que, há 56 anos, empurrou o Brasil para mais de duas décadas de arbítrio.



## GOVERNO USA FALSO DILEMA

Nem desafiar a ciência, romper a quarentena e morrer de Covid-19. Nem ficar em casa, perder o trabalho e passar fome. Há mais de uma semana, o presidente da República radicaliza seu discurso – e sua prática – contra as recomendações médicas e assusta a população com a falsa dicotomia de que a quarentena implicará em desemprego e caos econômico. O **Jornal da AdUFRJ** publica edição especial com professores de Economia da UFRJ que, uníssonos, desmontam as bravatas presidenciais

## CARTA ABERTA DE PROFESSORES DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ

O mundo está enfrentando uma grave crise econômica provocada pelo avanço da pandemia da Covid-19. Instituições internacionais (FMI, OCDE, UNCTAD, etc.) e economistas renomados estão projetando significativa desaceleração do crescimento mundial, no melhor dos cenários, ou uma recessão global em 2020, em cenários menos otimistas.

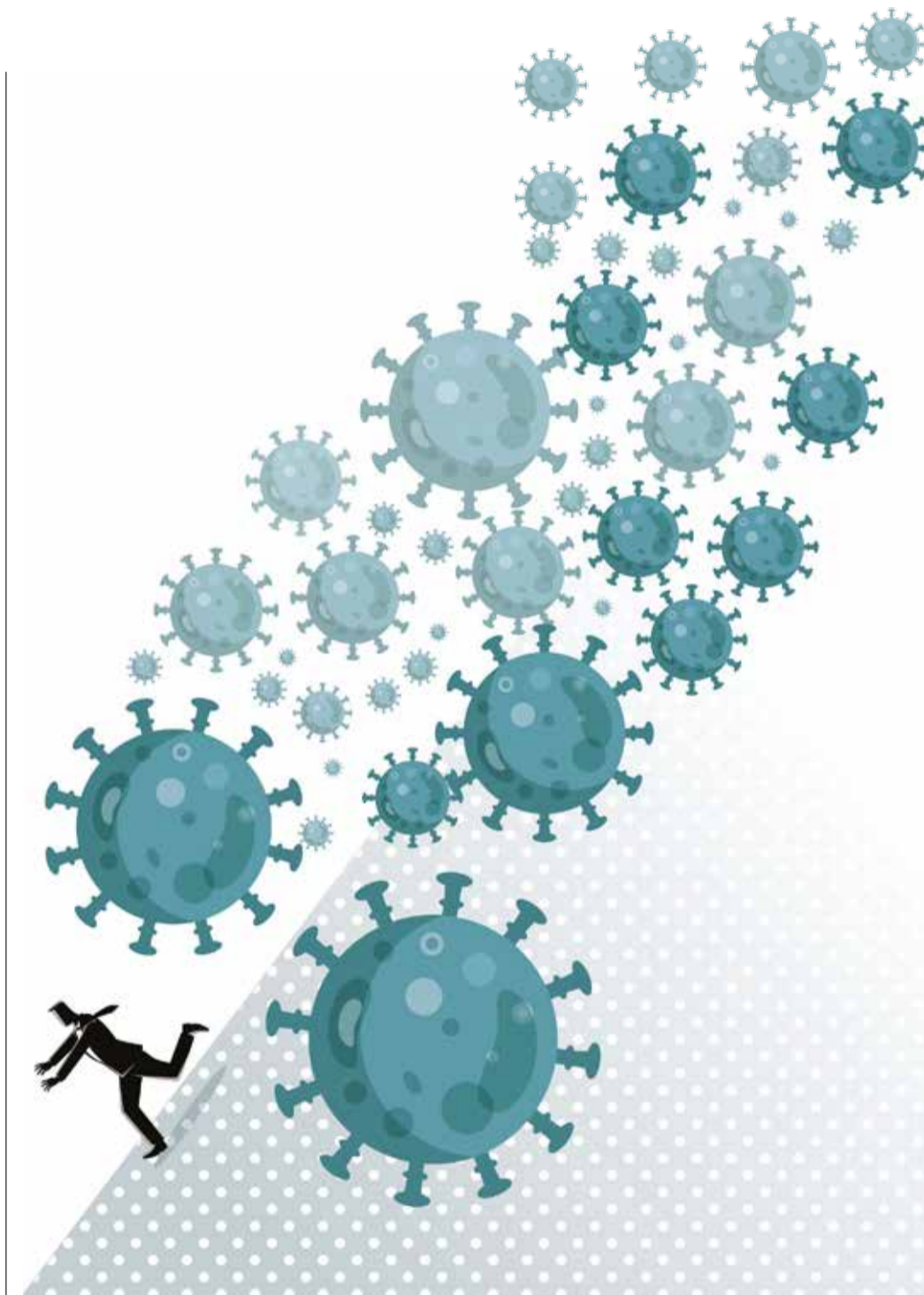
As medidas implementadas de isolamento e/ou quarentena para impedir o avanço do vírus nos países mais afetados provocaram a interrupção das atividades normais das pessoas, desmobilizando recursos. Isso impactou negativamente a produção, o consumo corrente e os investimentos. Portanto, a gravidade dos efeitos econômicos da Covid-19 deve-se à sua capacidade de gerar, ao mesmo tempo, choques negativos na oferta e na demanda agregada mundial. Ademais, há uma enorme pressão sobre os recursos (físicos e humanos) na área de saúde com o aumento dos casos de pessoas infectadas, sobretudo no pico da epidemia, o que requer uma espécie de economia de guerra nesse segmento.

Em virtude disso, muitos governos estão adotando medidas para: i) garantir que não haja desabastecimento de bens e insumos básicos, por meio do monitoramento das cadeias de distribuição (transportes e o comércio atacadista e varejista) e, quando necessário, de eventuais intervenções em setores produtores e importações emergenciais; e ii) estimular a economia por meio de políticas monetária, fiscal e creditícia.

A economia brasileira será profundamente afetada por essa conjuntura crítica decorrente do avanço na Covid-19 no país, o que é agravado pela nossa situação prévia de baixo dinamismo e incapacidade para recuperar os níveis de produção anteriores à recessão de 2015-16.

Nesse quadro, que já era preocupante antes de a pandemia se instalar, a resposta do governo brasileiro para enfrentar a crise econômica (plano divulgado no dia 16/03/2020) gera ainda maior preocupação ao não propor nenhum recurso novo, apenas antecipação de recursos ou diferimento de pagamentos. Ademais, o ministro da Economia mantém o discurso de que a melhor resposta para combater a crise econômica seria a aprovação das reformas administrativa e tributária.

As reformas já aprovadas (Emenda Constitucional 95/2016 do "Teto dos gastos", reformas trabalhista e previdenciária) não foram capazes de proporcionar a retomada do crescimento econômico e, em alguns casos, ampliaram as vulnerabilidades para enfrentar os desafios atuais das crises de saúde e econômica



provocadas pela Covid-19.

A EC 95/2016, por exemplo, alterou o cálculo do mínimo constitucional na área de saúde que implicou uma redução de mais de R\$ 20 bilhões nos recursos federais que deveriam ter sido utilizados para saúde pública desde 2018. Ademais, somada a um resultado primário rígido, essa emenda constitucional impede a execução de políticas fiscais anticíclicas que permitem, durante a crise, manter o fluxo de renda da população, por meio de instrumentos de transferência de renda e da ampliação de investimentos.

Diante desse quadro, a economia brasileira deverá mergulhar numa recessão em 2020, provocando a ampliação do número de desempregados e da população em situação de extrema pobreza. Segundo estimativas realizadas por Warwick McKibbin & Roshen Fernando (ver *The Global Macroeconomic Impacts of COVID-19: Seven Scenarios*, CAMA Working Paper, Australian National University,

2020), a economia brasileira deverá perder, em 2020, dois pontos percentuais de crescimento, num cenário mais favorável, e até oito pontos percentuais num cenário mais desfavorável.

A recessão está contratada e pode ter a gravidade de uma depressão caso não sejam utilizados todos os instrumentos disponíveis de política econômica, sobretudo os fiscais, para combater a crise. Em uma economia sob efeito da Covid-19, haverá um esgotamento da capacidade instalada e escassez da mão de obra no setor saúde, combinados a desemprego e falta de produtos e insumos nos outros setores. Nesse contexto, a necessidade de priorizar os objetivos imediatos do país – a luta contra a pandemia e a contenção dos seus efeitos sobre a atividade econômica – em detrimento do equilíbrio fiscal de curto prazo não é uma questão ideológica. As medidas econômicas anunciadas pelo governo brasileiro são paliativas: suficientes apenas para impedir a ruptu-

ra do sistema de crédito sem conseguir estimular a economia, pois o aumento da liquidez deverá ficar empocado no sistema financeiro. Entretanto, a política de gastos governamentais deveria assumir papel central na reativação econômica e na economia de guerra na área da saúde. Para tanto, são necessários gastos adicionais ao previsto no orçamento para a infraestrutura de combate à doença e coordenação do governo central em virtude da baixa capacidade fiscal dos estados e municípios.

Pelas razões apontadas, professores do Instituto de Economia, abaixo assinados, consideram ser sua obrigação expressar publicamente sua profunda preocupação com a lenta reação das autoridades econômicas ante a gravidade da crise. Nessa situação, defendemos que o governo e o Congresso brasileiro adotem os seguintes pontos para combater a crise:

- 1) Ampliação dos benefícios e de programas de transferência de renda para famílias, de trabalhadores formais e informais que perderem ou tiverem sua capacidade de geração de renda diminuída pela crise, em especial para as famílias afetadas pela pandemia com filhos em idade escolar, garantindo que estes possam permanecer junto aos pais.
- 2) Eliminação da fila do Bolsa Família e reajuste do benefício.
- 3) Recomposição da verba de saúde em relação aos mínimos constitucionais definidos antes da EC 95/2016 e garantia de recurso extra para ampliação de testes, de leitos e aquisição de equipamentos para emergência.
- 4) Recomposição das verbas para Ciência e Tecnologia, especialmente para áreas capazes de enfrentar a pandemia, de forma a garantir nossa capacidade de desenvolver medicamentos e vacinas.
- 5) Alteração das demais regras fiscais vigentes, além do Superávit Primário, como a Regra de Ouro e a suspensão do Teto de Gastos, de forma a se criar um espaço legal para a necessária política de expansão dos gastos públicos.
- 6) Suspensão de multa, juros e penalização sobre pagamento atrasado de contas dos serviços de utilidade pública.
- 7) Ajuda fiscal aos estados e municípios, seja por meio de transferências do governo federal, seja pela renegociação de dívida, de forma a permitir aos entes subnacionais elevar seus gastos para fazer frente à emergência médica e seus impactos sociais mais imediatos.
- 8) Política de expansão de crédito e alongamento de dívidas utilizando os bancos públicos, para socorrer empresas e famílias mais afetadas pela pandemia.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2020

1. Adilson de Oliveira 2. Alexandre Laino de Freitas 3. Alexis Nicolas Saludjian 4. Almir Pita 5. Ana Celia Castro 6. Ana Cristina Reif De Paula 7. Andre de Melo Modenesi 8. Angela Ganem 9. Ary Vieira Barradas 10. Bernardo Karam 11. Caetano Christophe Rosado Penna 12. Camila Cabral Pires Alves 13. Carlos Aguiar de Medeiros 14. Carlos Eduardo Frickmann Young 15. Carlos Frederico Leão Rocha 16. Carlos Pinkusfeld Bastos 17. Celia de Andrade Lessa Kerstenetzky 18. Daniel de Pinho Barreiros 19. Denise Gentil 20. Edson Peterli Guimarães 21. Eduardo Costa Pinto 22. Eduardo Figueiredo Bastian 23. Ermani Torres 24. Esther Dweck 25. Fabio de Silos Sá Earp 26. Fabio Neves Perácio de Freitas 27. Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima 28. Galeno Tinoco Ferraz Filho 29. Gustavo Daou Lucas 30. Helder Queiroz Pinto Junior 31. Helena Lastres 32. Isabela Nogueira de Moraes 33. Italo Pedrosa Gomes Martins 34. Jaques Kerstenetzky 35. Joao Carlos Ferraz 36. João Felipe Cury Marinho Matias 37. Joao Luiz Maurity Saboia 38. João Luiz Simas Pereira de Souza Pondé 39. Joao Sicsu 40. José Eduardo Cassiolato 41. José Luís Fiori 42. Julia Paranhos de Macedo Pinto 43. Kaio Glauber Vital da Costa 44. Lena Lavinas 45. Leonarda Musumeci 46. Lia Hasenclever 47. Luis Fernando Rodrigues de Paula 48. Luiz Carlos Delorme Prado 49. Luiz Martins de Mello 50. Marcelo Colomer Ferraro 51. Marcelo Gerson Pessoa de Matos 52. Margarita Silvia Olivera 53. Maria da Conceição Tavares 54. Maria Isabel Busato 55. Maria Mello de Malta 56. Maria Silvia Possas 57. Maria Tereza Leopardi Mello 58. Marília Bassetti Marcato 59. Marina Honorio de Souza Szapiro 60. Mario L. Possas 61. Marta Calmon Lemme 62. Marta dos Reis Castilho 63. Nicholas Miller Trebat 64. Nivalde J. de Castro 65. Norberto Montani Martins 66. Numa Mazat 67. Paulo Tigre 68. Raphael Padula 69. Renata Lebre Rovere 70. Rene Carvalho 71. Ricardo Alberto Bielschowsky 72. Ricardo de Figueiredo Summa 73. Rodrigo Vergnhanin 74. Rolando Garciga Otero 75. Ronaldo Bicalho 76. Victor Prochnik 77. Wilson Vieira

# HORA DE EXPANDIR GASTOS PÚBLICOS, DEFENDER EMPREGO E PROTEGER CIDADÃO

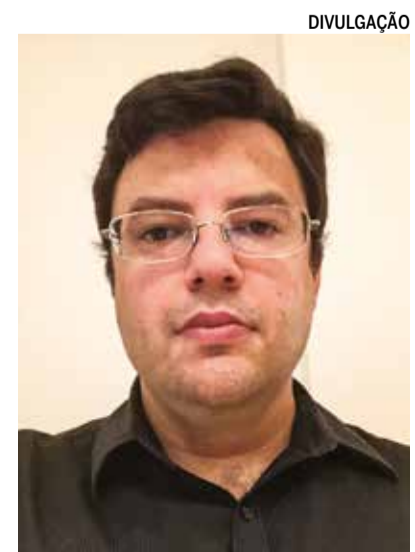
> Professores defendem ampliação do crédito, redução drástica de juros, manutenção de empregos, renda mínima, alongamento da dívida e investimento na ciência

SILVANA SÁ E LUCAS ABREU  
comunica@adufrrj.org.br

“A pandemia que estamos enfrentando acarreta um enorme estrangulamento da área da saúde e desmobilização de outros setores, o que gera grande capacidade ociosa e desemprego”, sinaliza o professor Eduardo Bastian, do Instituto de Economia. “Mas um país que emite sua própria moeda tem plenas condições de ampliar sua dívida, injetando mais dinheiro na economia”, afirma.

Para o docente, o governo deve assegurar condições para “evitar a quebra de empresas e o desemprego em massa”, afirma. “Então, sob o ponto de vista de finanças públicas, também é benéfico [manter o isolamento]”, defende o docente. “Mas, veja o absurdo: há um enorme grupo de pessoas que entendem não ser suficiente salvar vidas”, lamenta. Especialista em finanças públicas, a professora Esther Dweck, do Instituto de Economia, concorda que a combinação entre isolamento social e gasto público reduz a duração do impacto da pandemia sobre a economia. Ela refaz e adaptou um gráfico publicado originalmente pelo *Centre for Economic Policy Research (CEPR)* para demonstrar que não há qualquer garantia de que adotar “a estratégia homicida de liberar agora a quarentena” vai melhorar a economia. Veja quadro ao lado.

Para Rocha, é impossível, no cenário global atual, que a economia não seja impactada pela pandemia. Já está sendo. “Mas voltar à normalidade significa gerar uma crise epidemiológica muito mais grave, com efeitos econômicos mais duradouros”, afirma. Um dos pontos defendidos pelo economista para minimizar os efeitos da crise financeira é a “expansão de crédito e alongamento da dívida” de empresas e cidadãos. “Defendemos que os bancos públicos assumam este papel. Numa situação de crise, é provável que pessoas e empresas deixem de pagar dívidas. O que ocorre, na sequência, é uma



BASTIAN: aumentar dívida

FERNANDO SOUZA



ROCHA: expansão fiscal

após o término da pandemia”, justifica o professor.

Ele chama atenção para outro fato importante: “Quanto mais rápida a retomada da economia, menor a intervenção governamental ao longo do tempo”, afirma. “Então, sob o ponto de vista de finanças públicas, também é benéfico [manter o isolamento]”, defende o docente. “Mas, veja o absurdo: há um enorme grupo de pessoas que entendem não ser suficiente salvar vidas”, lamenta.

O economista Carlos Frederico Leão Rocha, vice-reitor da UFRJ, analisou o artigo científico *Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu*. Publicado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), no dia 26 de março, o estudo apresenta a diferença entre as cidades que fizeram isolamento social e injetaram recursos na economia e as que simplesmente não tomaram medidas protetivas durante a pandemia de gripe espanhola, em 1918. “As cidades que intervieram mais cedo e de forma mais agressiva não apresentaram desempenho pior e cresceram mais rapidamente

depois da pandemia”, afirma. Um dos pontos defendidos pelo economista para minimizar os efeitos da crise financeira é a “expansão de crédito e alongamento da dívida” de empresas e cidadãos. “Defendemos que os bancos públicos assumam este papel. Numa situação de crise, é provável que pessoas e empresas deixem de pagar dívidas. O que ocorre, na sequência, é uma

contração da economia, com bancos negando empréstimos. Sem crédito, existe o perigo de falências. Uma solução seria postergar esses pagamentos. E aí devem entrar os bancos públicos”, exemplifica. O docente acredita que o Brasil precisa fazer uma expansão fiscal da ordem de 13% do Produto Interno Bruto. No ano passado, o PIB somou R\$ 7,3 trilhões. “Para isto, é preciso acabar com o teto de gastos. Acredito que uma forma de arrecadar novos recursos seja por meio de taxa de operação financeira. Seria uma saída. Taxar

contração da economia, com bancos negando empréstimos. Sem crédito, existe o perigo de falências. Uma solução seria postergar esses pagamentos. E aí devem entrar os bancos públicos”, exemplifica. O docente acredita que o Brasil precisa fazer uma expansão fiscal da ordem de 13% do Produto Interno Bruto. No ano passado, o PIB somou R\$ 7,3 trilhões. “Para isto, é preciso acabar com o teto de gastos. Acredito que uma forma de arrecadar novos recursos seja por meio de taxa de operação financeira. Seria uma saída. Taxar

contração da economia, com bancos negando empréstimos. Sem crédito, existe o perigo de falências. Uma solução seria postergar esses pagamentos. E aí devem entrar os bancos públicos”, exemplifica. O docente acredita que o Brasil precisa fazer uma expansão fiscal da ordem de 13% do Produto Interno Bruto. No ano passado, o PIB somou R\$ 7,3 trilhões. “Para isto, é preciso acabar com o teto de gastos. Acredito que uma forma de arrecadar novos recursos seja por meio de taxa de operação financeira. Seria uma saída. Taxar

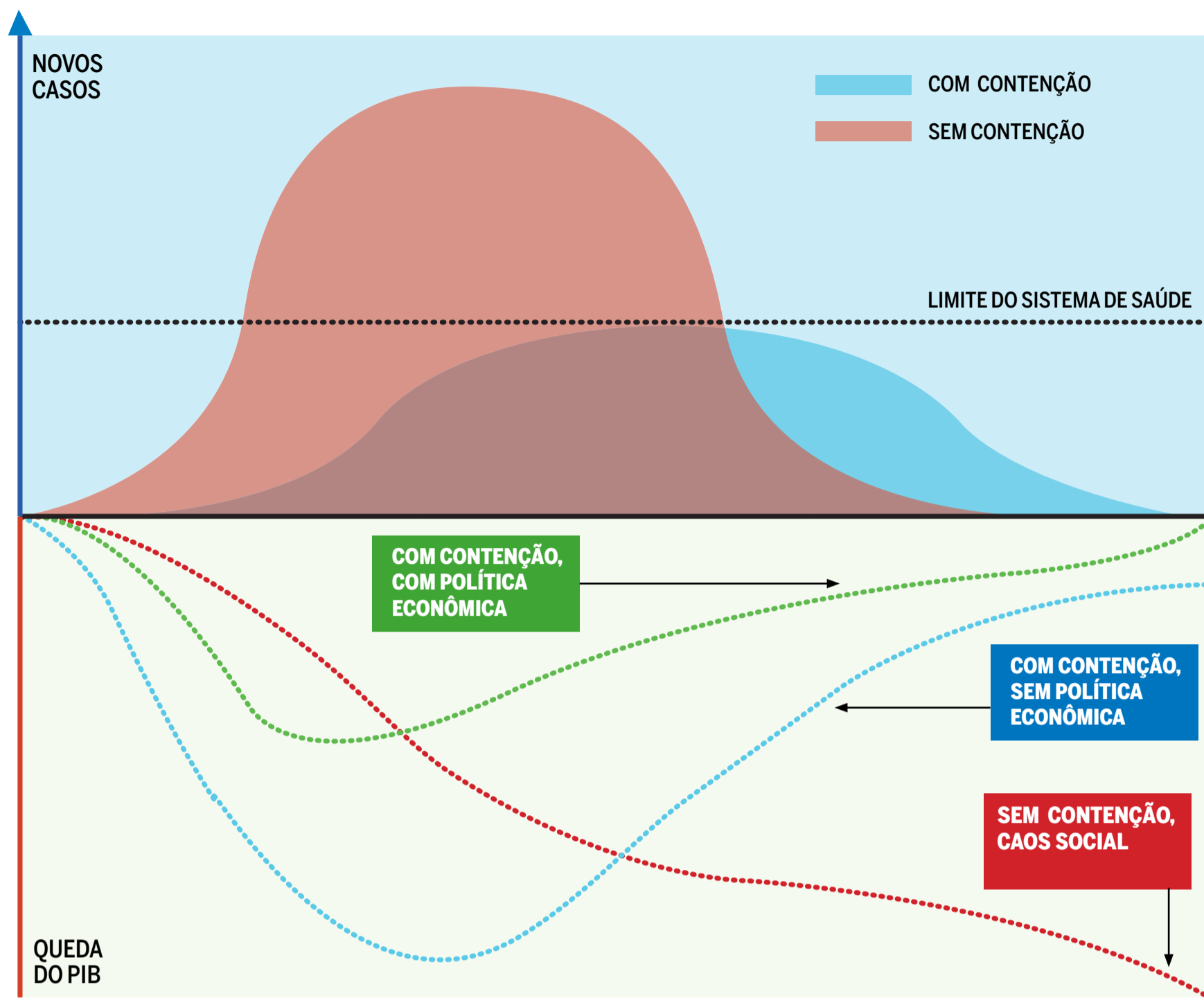


CURY: revisar pacto federativo

títulos públicos, por exemplo”, argumenta o professor.

Esther Dweck avalia que, num primeiro momento, a lei do teto de gastos não precisa mudar, já que existe o chamado crédito extraordinário, dispositivo previsto na Constituição para situações de calamidade pública. “A própria Emenda Constitucional 95 diz que esse crédito extraordinário está fora do teto. É uma cláusula que já existe. Então, no curtíssimo prazo, atende à demanda”, justifica a professora. Também a Regra de Ouro, que proíbe a emissão de dívida para gastos correntes, pode ser contornada de forma mais imediata. “O Congresso pode autorizar o governo a emitir esses gastos”, aponta a pesquisadora.

Ela elenca as principais ações a serem tomadas: “É essencial garantir a renda dos mais pobres, garantir a não demissão com crédito a juros zero para empresas. É necessário que o governo mantenha parte dos salários dos trabalhadores; que aumente o orçamento da saúde e para ciência e tecnologia, nes-



## “O CÁLCULO SAÚDE X ECONOMIA É MALUCO, HOMICIDA E SEM QUALQUER BASE CIENTÍFICA”

A professora Esther Dweck fez um gráfico originalmente publicado pelo *Centre for Economic Policy Research (CEPR)* – rede que reúne mais de 1.300 economistas principalmente europeus, situada no Reino Unido – em que mostra não ser possível não haver impactos financeiros diante da pandemia que atinge o mundo. O material está no e-book lançado pelo CEPR com a participação de 40 economistas. Dentre os nomes, estão o de Gita Gopinath, economista-chefe do FMI, e de Jason Fumat, principal assessor do ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Eles defendem que os governos precisem agir rápido, com medidas fiscais para recuperar a economia global. Ela explica a motivação de adaptar o gráfico: “Nesses



ESTHER: “É preciso agir rápido, com medidas fiscais para recuperar economia”

dias, se intensificou um movimento, inclusive com propaganda pública, para dizer que é melhor o Brasil não parar. Por incrível que pareça, esse gráfico,

está numa direção equivocada, mas age de maneira muito tímida e lenta. Apesar das novas ações, o ritmo ainda é lento e de magnitude muito insuficiente”, critica.

O professor João Felipe Cury, também do Instituto de Economia da UFRJ, reforça que o caminho para o Brasil é aumentar a dívida pública. “Em situações como a crise de 29 ou de 2008, os países ampliaram a sua dívida para lidar com os efeitos

da crise. O G-20 anunciou uma injeção de US\$ 5 trilhões na economia mundial, isso vai ser feito com aumento da dívida pública”.

Ele sugere rever o pacto federativo. “Estados e municípios vão ser penalizados por arrecadação, e a mera suspensão parcial do serviço da dívida de estados e municípios não é suficiente para compensar a queda da atividade econômica e das receitas”, avalia.

realmente isso fizesse algum sentido. Por isso, refiz o gráfico para deixar claro que não há qualquer garantia de que, caso se adote a estratégia homicida de liberar já a quarentena, de que isso irá abalar pouco a economia”. “Essas curvas são muito significativas. Para evitar a crise econômica, o governo federal quer expor a população à Covid-19 e inviabilizar o sistema de saúde, ao invés de fazer as políticas econômicas necessárias para conter uma crise maior que envolvem obrigatoriamente a expansão dos gastos públicos”, critica a professora, especialista em finanças públicas. “Como estão falando economistas do mundo todo, é preciso agir rápido e fazer o que for necessário”, completa a pesquisadora.

O que mais preocupa o docente é como o governo federal vai se comportar politicamente diante das necessidades dos estados. “Vai ser necessária uma nova repactuação e transferência de recursos. Isso é o que mais me preocupa hoje, porque há uma guerra declarada entre Bolsonaro e governadores. Sem mencionar que estados e, principalmente, municípios é que sofrerão mais os efeitos na saúde pública”, destaca o docente.

# BRASIL NÃO TEM PLANO B PARA CRISE

> Medidas não têm consistência para enfrentar crise gerada pelo coronavírus, avaliam economistas da UFRJ

EIISA MONTEIRO  
elisamonteiro@adufrrj.org.br

Uma colcha de retalhos pode ser uma boa imagem para ilustrar o que o governo Bolsonaro propõe em termos de política econômica diante da pandemia do coronavírus. Para docentes de diferentes matizes teóricas do Instituto de Economia, as medidas anunciadas ao longo dos últimos dias são tímidas, lentas e limitadas por princípios ideológicos. A nova realidade coloca em xeque a política ultraliberal que entrou no ministério Paulo Guedes. E o governo não tem um plano B.

O Professor Adjunto Carlos Pinkusfeld separa as iniciativas em três blocos heterogêneos: crédito, transferência de renda e recurso para produção emergencial para atender à saúde. O primeiro grupo não apresenta gastos propriamente ditos. Mas toca em pontos-chave para o momento. “É importantíssima a rolagem da dívida dos estados e municípios. Estes estarão na linha de frente do combate à pandemia e não faria sentido estar enviando parte da receita para o governo federal em vez de gastá-la com emergências médias, como pagamentos de salários”, argumenta o economista.

A ação do Banco Central, liberando um volume de R\$ 200 bilhões de depósitos compulsórios para aumentar a liquidez do sistema financeiro e baratear o crédito, foi considerada um ponto positivo pelos economistas. “É crucial manter as empresas do sistema financeiro, e não financeiro, com um mínimo de liquidez e possibilidade de sobrevivência, evitando-se o colapso total da economia”, destaca Pinkusfeld.

Contudo, apenas na sexta-feira (27) o governo confirmou a articulação da iniciativa com uma política de proteção de emprego, anunciando R\$ 40 bilhões em crédito para amparo das pequenas e médias empresas que se comprometerem com a manutenção dos postos de trabalho. A professora Associada Marta Castilho avaliou a iniciativa, com validade programada para os dois próximos meses: “Não faria sentido a ajuda se as empresas embolsassem o di-

nheiro ou investissem em uma modernização tecnológica para demissão de funcionários”.

As sinalizações da equipe econômica do governo para o mundo do trabalho são criticadas pelo economista Eduardo Crespo, professor de Economia Política do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID). Ele e o colega Maurício Metri assinam duras críticas à Medida Provisória 927, que, entre outras medidas, possibilitava a interrupção de pagamentos de salários por quatro meses em função da calamidade pública.

“Com o mundo se fechando às exportações, não é hora de reduzir salários ou postos de trabalho”

Carlos Pinkusfeld  
Professor do IE

Publicada em 22 de março, a MP foi revogada após reação da opinião pública.

“Essa MP seria uma bomba já no curto prazo. O Brasil é um país muito violento. A convulsão social é uma questão grave”, opina Crespo. E reforça que “com o mundo se fechando às exportações, não é hora de reduzir salários ou postos de trabalho”. “Haverá uma queda brutal da demanda agregada. A combinação de uma eventual suspensão de contrato ou corte de salários com esse choque negativo seria um precipício”, justifica.

A mesma lógica guia a opinião dos especialistas em relação ao funcionalismo. “A proposta de corte dos servidores é uma insensatez. Ninguém no mundo está propondo isso. É contraproducente”, diz Eduardo Figueiredo Bastian, professor Adjunto do IE.

Ainda sem desenho palpável, a ideia discutida por parlamentares e executivo é desconstruída pelos economistas. “Em termos de volume, seria insuficiente para as necessidades financeiras do combate ao coronavírus. Em termos econômicos, não agrega, pois não injeta dinheiro novo. E, em termos práticos para justiça social, a taxa de 0,1% das

rendas mais altas do Brasil, teria um fôlego maior”, aponta Marta Castilho. “Aparentemente, o governo está aproveitando a crise para fazer passar medidas que não têm a ver com o esforço para aquecer a economia”.

Em um volume bem mais modesto, aparece o segundo grupo de medidas citado pelo economista Carlos Pinkusfeld, como aumento de gastos com as transferências de renda para as famílias mais pobres. Sob pressão do coronavírus, a Câmara dos Deputados aprovou, na noite da quinta-feira (26), uma renda emergencial no valor de R\$ 600 por adulto de baixa renda enquanto durar a crise da Covid-19. Mães solteiras receberão R\$ 1,2 mil. O Senado confirmou as medidas, no dia 30.

A economista Marta Castilho ressalta que proteger os mais vulneráveis, como informais, autônomos, desempregados e os que dependem do programa Bolsa Família “é uma questão de humanidade. Mas também faz parte do jogo para manter a economia rodando”.

A terceira e última linha de ação destrinchada por Pinkusfeld é considerada “fundamental” e também “muito pouco explorada” pelo governo brasileiro. Ela corresponde aos ajustes necessários para que o aumento das demandas relacionadas à saúde possa ser atendido pelo equipamento industrial. Eduardo Crespo toca na mesma ferida com o recente exemplo estadunidense: “Donald Trump já colocou a General Motors na linha de produção de respiradores para atender à saúde”.

“Desenvolvidos ou subdesenvolvidos, de governos de direita ou de esquerda, em todos os países, o foco é evitar mortes. A projeção é de centenas de milhares de óbitos, se não chegarmos a um milhão. Nesse sentido, o que acontece no Brasil hoje é uma loucura”, completa o professor Crespo, do IRID.

Para os economistas, existe um consenso crescente no mundo de que é hora de gastar. Mas o Brasil se move mais lentamente nessa direção. “O gasto público, no momento, tem virtude. Especialmente o gasto com saúde. O governo precisa colocar na conta o efeito devastador da pandemia sobre a mão de obra. Levá-lo em consideração como esses trabalhadores retornarão para a produção depois da quarentena”, analisa Martha Castilho.

# Renda emergencial, uma vitória da mobilização

> Projeto foi aprovado para reduzir efeitos da crise. Tatiana Roque foi uma das articuladoras nacionais da medida. Em três dias, movimentos sociais e oposição colheram 500 mil assinaturas

LUCAS ABREU  
lucas@adufrrj.org.br

Na última segunda-feira, o Senado aprovou o projeto de lei que cria uma renda básica emergencial de R\$ 600 para trabalhadores informais e autônomos, que pode chegar a R\$ 1.200 para famílias chefiadas por mulheres. A aprovação é um grande vitória da sociedade civil. A rapidez do debate do PL no Congresso aconteceu, em boa parte, graças à atuação da Rede Brasileira da Renda Básica, organização que milita pela causa. O presidente Jair Bolsonaro sancionou as medidas na noite de 1º de abril.

A movimentação da Rede pela renda emergencial se intensificou com o começo do processo de isolamento social provocado pela pandemia do coronavírus. Os primeiros a serem impactados são justamente autônomos e trabalhadores informais. “Quando vimos que seria muito necessário e urgente, achamos melhor começar uma campanha”, explicou o vice-presidente da Rede e ex-presidente da AdUFRJ, professora Tatiana Roque. “Atuamos então em duas frentes, uma de mobilização pública nas redes sociais, e outra de articulação política no Congresso”, contou.

Com o apoio de ONGs, coletivos, economistas, intelectuais e influenciadores digitais, a campanha conseguiu mais de 500 mil assinaturas de apoio em 3 dias. A pressão popular foi um dos fatores que fizeram com que a discussão do tema fosse tratada com urgência pelo Congresso, que, em menos de duas semanas, aprovou a lei por ampla maioria nas duas casas.

Pela lei, o benefício vai durar três meses, podendo ser pror-

rogado a depender da evolução da pandemia. O valor é de R\$ 600 por adulto da família, com até dois integrantes recebendo. Mães solteiras poderão receber R\$ 1.200. Terão direito microempreendedores individuais (MEI), contribuintes individuais e trabalhadores informais inscritos. Beneficiários do Bolsa Família terão que optar entre o benefício mais vantajoso. A estimativa é que 30,8 milhões de trabalhadores informais sejam beneficiados.

Para Tatiana Roque, o papel da oposição foi importantíssimo para obter algumas vitórias. “Graças ao apoio da oposição, especialmente de deputadas mulheres, conseguimos aumentar o valor e garantir que mães chefes de família recebam o benefício integral”, contou. Mesmo assim, ela vê derrotas no projeto aprovado. A principal delas é a duração da medida. “Nós lutamos por uma renda básica permanente, e três meses é muito pouco, então era preciso que ele durasse no mínimo seis meses”, contou. Outro ponto negativo é a ausência de trabalhadores informais de baixa renda.

Agora a luta é pelo começo do pagamento dos benefícios. “A maior preocupação é que o governo não execute a medida”, explicou o presidente da organização, Leandro Ferreira. “Ninguém confia nesse governo para implementar o projeto do jeito que tem que ser. O governo já deveria estar fazendo estudos para fazer isso com a potência necessária para o momento, e não está se movimentando nesse sentido?”

A prova da lentidão governamental está nas últimas declarações do ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni. Ele disse que os pagamentos começam com beneficiários do Bolsa-Família, na melhor das hipóteses, em 10 de abril. Informais fora do cadastro do governo somente devem receber após a segunda quinzena do mês.



TATIANA ROQUE: Mobilização nas redes sociais e articulação política no Congresso Nacional

## AS MEDIDAS DO GOVERNO

### EMPRÉSTIMO EMERGENCIAL

O Banco Central anunciou programa de crédito emergencial de R\$ 40 bilhões para pequenas e médias empresas. O financiamento é para folha de pagamento. A empresa que assumir o empréstimo fica proibida de demitir seus empregados por dois meses. As empresas vão ter seis meses de carência, e o pagamento vai poder ser parcelado em até 36 vezes, com taxa de 3,75% (selic) ao ano. A estimativa é que 1,4 milhão de empresas e 12,2 milhões de pessoas sejam atendidas.

### SISTEMA FINANCEIRO

Para aumentar a liquidez do sistema financeiro, o BC também anunciou a redução do

empréstimo compulsório de 25% para 17%.

### REDUÇÃO DE JORNADA E SALÁRIO

O Planalto trabalha em uma Medida Provisória que vai permitir que empresas reduzam a jornada de trabalho e o salário do empregado em até 70%. Caso a redução aconteça, o governo vai se comprometer a pagar uma parcela proporcional do seguro-desemprego ao funcionário. A medida vai atingir desde microempresas a empresas de grande porte. O empregador vai poder escolher se reduz a jornada de trabalho em 25%, 50% ou 70%, e vale para todos os cargos da empresa. Microempresas vão poder suspender seus contratos de trabalho, e o seguro-desemprego seria usado para complementar a renda

dos trabalhadores. Houve ainda a MP editada no dia 22, que permitia que as empresas suspendessem os contratos de trabalho, sem qualquer contrapartida ou proteção aos empregados, mas o governo recuou da medida.

### SERVIDORES PÚBLICOS

A Instrução Normativa nº 28 do Ministério da Economia corta auxílios e adicionais dos que estão trabalhando remotamente. O ministro Paulo Guedes defende a suspensão de aumento dos funcionários públicos por dois ou três anos. Também não desistiu da reforma administrativa, que reduz salários iniciais das carreiras, entre outros prejuízos aos servidores.

# Guedes corta transporte e insalubridade do servidor

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

ento nas medidas econômicas de proteção à população durante a crise do coronavírus, o governo foi ágil na mesquinha contra os servidores públicos federais. No dia 25, o Ministério da Economia editou uma instrução normativa (nº 28) que orienta o corte dos benefícios de quem está executando as atividades de forma remota, em função da pandemia.

A norma veda a prestação dos serviços extraordinários e pagamento de auxílio transporte, adicional noturno e adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante, além de gratificação por atividades com Raios X ou substâncias radioativas. O pagamento do adicional noturno só será possível nestes casos, se o trabalho puder ser comprovado e autorizado pela chefia imediata.

Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller informou que haverá uma ação coordenada com o Sintufrrj e a reitoria sobre o tema. “A instrução normativa é mesquinha e desconhece o enorme esfor-



REPRODUÇÃO: INTERNET

ço que as universidades estão fazendo para enfrentar esse período de epidemia”, disse. “E, como instrução normativa, não tem força de lei nem pode ser aplicada de forma generalizada. Por isso, necessitamos de uma ação responsável e coordenada, que produza respostas consistentes e juridicamente robustas, protegendo aqueles que estão em atividade, seja ela presencial ou remota”, completou.

### NORMATIVA É POLÍTICA

O tema repercutiu nas reuniões

virtuais do Conselho de Representantes da AdUFRJ, realizadas nos dias 27 e 30 de março (leia sobre os CRS na página 8). A reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, criticou a instrução normativa: “Estamos trabalhando muito mais agora (de casa). Acho que não precisava disso. Deviam deixar a gente trabalhar em paz”, afirmou.

Professor do Instituto de Química, Rodrigo Volcan usou o exemplo do adicional de insalubridade para defender que ne-

nhum corte seja feito. O docente ressaltou que os prejuízos à saúde não cessam, mesmo se os pesquisadores ficarem em um ou três meses longe dos laboratórios. “A normativa não é técnica; ela é política. Não podemos reduzir rendimentos dos trabalhadores”.

A instrução normativa também proíbe o cancelamento, a prorrogação ou a alteração dos períodos de férias já programadas para os servidores que exerçam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades

presenciais por força de outra Instrução Normativa, como os professores que realizaram viagens internacionais e apresentaram sintomas associados à Covid-19.

Outra restrição é quanto à reversão de jornada reduzida, salvo para os servidores das áreas de segurança, saúde ou outras consideradas essenciais pelo órgão ou entidade. A Instrução Normativa vai vigorar durante o estado de emergência de saúde pública.

### AValiação JURÍDICA

As advogadas da AdUFRJ analisaram o documento e encontraram uma série de falhas. A Instrução Normativa estaria criando restrições não previstas em lei e, portanto, violando a hierarquia do ordenamento jurídico. O caso poderia ser levado à Justiça, considerando a ausência de previsão específica na lei quanto à restrição no pagamento das verbas no caso de trabalho desempenhado à distância.

Também pode ser motivo de ação judicial o fato de a normativa privar o direito às férias e retirar uma série de direitos, justamente num momento de calamidade pública e pandemia mundial, “quando o direito à vida, à dignidade da pessoa humana e à saúde devem ser mais do que nunca preservados, conforme assegura nossa Constituição Federal”, conclui o parecer assinado pelas advogadas Ana Luísa Palmisciano e Maíara Leher. O documento foi distribuído aos integrantes do Conselho de Representantes da AdUFRJ na reunião virtual da última segunda-feira, 30.

# Aposentados sofrem mais um revés

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

Além da pandemia e das ameaças do governo para reduzir os salários dos servidores, 67 professores aposentados foram surpreendidos com mais uma má notícia, nos últimos dias: ficaram sem a Retribuição por Titulação nos contracheques. A Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) disse que o problema foi causado pela falta de informações relativas aos diplomas do grupo no cadastramento do Sistema de Gestão de Pessoas do gover-

no (Sigepe). A situação deve ser corrigida na próxima folha. A AdUFRJ está atenta ao problema dos docentes e na busca de soluções.

De acordo com a PR-4, o sistema do governo passou a exigir a inclusão de alguns dados para manutenção dos pagamentos, o que não ocorria antes. “Este processo de cadastramento deveria ter começado na gestão anterior, o que não ocorreu”, afirmou a superintendente administrativa, Maria Tereza Ramos.

No final do ano passado, a

reitoria verificou que existiam aproximadamente 1,8 mil docentes aposentados sem os dados do doutorado incluídos no sistema. “Conseguimos resgatar os diplomas através de processos arquivados da grande maioria, restando apenas 67 docentes”. A supressão neste mês também surpreendeu a pró-reitoria. “Enviamos e-mails aos afetados, explicando o ocorrido e solicitando o envio do diploma de doutorado para o cadastramento. Vamos tentar, também, outros meios de contato como telegrama e telefone”,

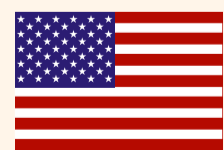
disse Maria Tereza.

Assim que soube da supressão da RT, a assessoria jurídica da AdUFRJ entrou em contato com a Ouvidoria-Geral da UFRJ e a pró-reitoria de Pessoal. O objetivo era conseguir a restituição dos valores já no pagamento de fevereiro, mesmo sem a apresentação dos documentos. “Em razão da pandemia de coronavírus, que impôs diversas restrições à circulação de toda a população, a AdUFRJ teme que nem todos os docentes possam ter acesso a seus diplomas de titulação”, argumentou a advo-

gada Ana Luísa Palmisciano. “Lembramos que o corte atingiu docentes aposentados, grupo de risco da pandemia, cujos diplomas podem ter sido obtidos há décadas”.

Mas a reitoria informou que o sistema que roda a folha já estava fechado. “Para aqueles que não possuem o diploma, estamos tentando obter as informações a partir do Lattes”, afirmou Maria Tereza. “Lamentamos muitíssimo o ocorrido e faremos o possível para restabelecer todos os pagamentos para a próxima folha”, completou.

## O QUE FIZERAM ALGUNS PAÍSES



### ESTADOS UNIDOS

OS EUA VÃO INJETAR US\$ 2 TRILHÕES na sua economia. US\$ 500 bilhões são para ajudar indústrias afetadas pela crise. Outros US\$ 500 bilhões serão utilizados para o pagamento de US\$ 3 mil para famílias norte-americanas. O governo também vai destinar US\$ 350 bilhões para empréstimos a pequenas empresas, e um reforço de US\$ 250 bi no seu programa de auxílio-desemprego. Hospitais e sistemas de saúde vão receber um investimento de US\$ 100 bilhões, enquanto estados e municípios vão contar com US\$ 150 bi. O país está em quarentena desde o dia 16 de março, e deve permanecer assim até 1º de junho.



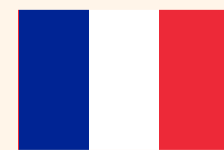
### REINO UNIDO

O REINO UNIDO CHEGOU A DESCARTAR a ideia de isolamento social, mas voltou atrás depois de estudos apontarem que até 500 mil britânicos poderiam morrer, e a quarentena começou no dia 24 de março. O plano britânico prevê um investimento de US\$ 400 bilhões. O governo vai garantir até 80% do ganho mensal dos trabalhadores autônomos até junho, com um valor que pode chegar a 2.500 libras por mês. Empresas vão receber subsídios e isenções fiscais. O governo também determinou a suspensão do pagamento da hipoteca por três meses para pessoas com dificuldades financeiras.



### ALEMANHA

A ALEMANHA PREPAROU UM PACOTE de 800 bilhões de euros — equivalente a 12% do PIB —, €\$ 156 bi especificamente para gastos sociais. Além disso, o país vai abrir linhas de crédito para empresas com dificuldades e assumir participação direta no capital social de grandes empresas. Três estados do país estão em lockdown, ou seja, os moradores só devem deixar suas casas se tiverem razões muito fortes. O resto do país está em isolamento social. Sistema de saúde amplo e muito bem equipado e testes em massa explicam menor número de mortes em proporção aos infectados, na comparação com o restante da Europa.



### FRANÇA

A FRANÇA VAI INVESTIR US\$ 300 BILHÕES para auxiliar empresas e trabalhadores afetados pela crise. O governo francês também vai conceder um benefício para trabalhadores autônomos por pelo menos dois meses. As cobranças de água, luz, gás e aluguéis estão suspensas por período indeterminado. A circulação de pessoas está restrita: as pessoas podem sair de casa apenas para fazer compras, ir ao hospital ou para trabalhar, no caso de quem não pode fazer trabalho remoto. Também estão proibidas viagens para fora da Zona Schengen (área de livre circulação da União Europeia).



### CHILE

O CHILE ESPERA GASTAR QUASE US\$ 12 BILHÕES. Boa parte desse valor vai para os 2 milhões de usuários do SUF (espécie de Bolsa Família chileno), que receberam um bônus. Outra parte vai para uma lei criada especialmente para a ocasião, que garante os salários de quem deve permanecer dentro de casa e não pode realizar trabalho remoto. O Banco estatal chileno vai oferecer US\$ 500 milhões em crédito a juros baixos. O país está em quarentena desde o dia 18 de março, e o plebiscito por uma nova constituição, demanda dos manifestantes que tomaram as ruas chilenas ano passado, foi adiado em seis meses.



### ARGENTINA

A ARGENTINA ESTÁ EM CONFINAMENTO desde o dia 20 de março e assim deve permanecer pelo menos até 12 de abril. Os cidadãos só podem deixar suas casas para comprar alimentos ou remédios em locais próximos. As fronteiras do país estão fechadas. Para diminuir os impactos da crise econômica, o governo vai aumentar os subsídios para pessoas pobres, aposentados, mulheres desempregadas e grávidas em situações de vulnerabilidade. O governo vai investir US\$ 5,5 bilhões em um programa de crédito barato. Um plano de investimento público em infraestrutura de US\$ 1,58 bilhão vai ser posto em ação.

# AdUFRJ NA QUARENTENA

## CONSELHO DE REPRESENTANTES

### DUAS REUNIÕES VIRTUAIS EM QUATRO DIAS

KELVIN MELO  
kelvin@adufjr.org.br

Quarentena não significa apatia. Muito pelo contrário. Nas duas últimas semanas, a diretoria da AdUFRJ realizou uma série de atividades políticas, de solidariedade, de reflexão, de informação e de acolhimento e interação entre os sindicalizados. Uma das ações mais importantes foi a realização do Conselho de Representantes, com duas reuniões consecutivas por videoconferência, ambas com mais de 40 participantes. Nos encontros, realizados nos dias 26 e 30, as estratégias da UFRJ para enfrentar a pandemia do coronavírus e a defesa de direitos da comunidade acadêmica foram os temas principais.

Presidente do sindicato, a professora Eleonora Ziller apresentou as últimas atividades realizadas pela AdUFRJ, com destaque para as ações de defesa dos terceirizados e o apoio às iniciativas da UFRJ de combate ao coronavírus – a AdUFRJ pretende doar R\$ 100 mil para o Grupo de Trabalho que, desde janeiro, define políticas e ações contra a Covid-19 nos campi. “Eles estão trabalhando de forma incansável para aparelhar da melhor forma possível os nossos hospitais e pesquisadores”, afirmou. Durante o CR, a diretoria da AdUFRJ também decidiu apoiar, com cestas básicas, as famílias de alunos mais pobres do Colégio de Aplicação.

Os encontros virtuais contaram com a presença do vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha, no dia 26; e da reitora Denise Pires de Carvalho, no dia 30.



FOTOS: ADUFRJ

Denise relatou as dificuldades enfrentadas por todos da instituição envolvidos no combate à pandemia. A dirigente acredita que o sistema do Rio de Janeiro sofrerá um déficit de milhares de vagas em breve, enquanto a UFRJ batalha para conseguir recursos e pessoal para disponibilizar apenas 100 leitos. “Precisamos diminuir o número de casos”, enfatizou. Mas Denise também demonstrou satisfação com o reconhecimento que a universidade passou a desfrutar em dias tão complicados. “Com muita solidariedade e muita ciência, nós vamos avançar. Quem sabe, definitivamente, com a sociedade ao nosso lado”, concluiu.

A administração central se equilibra entre o fortalecimento das unidades hospitalares e os demais desafios administrativos.

Um exemplo é a preocupação com a paralisação das progressões, num cenário adverso com variadas propostas do governo para impedir qualquer despesa “extra” com o funcionalismo. “A CPPD vai se reunir na reitoria uma vez por semana”, informou o vice-reitor Carlos Frederico. A Comissão Permanente de Pessoal Docente é responsável pela análise dos processos que chegam das unidades e são encaminhados à Pró-reitoria de Pessoal. “Para manter a institucionalidade funcionando também são importantes os conselhos de Centro e as congregações”, disse o professor Fernando Rochinha (Coppe).

O vice-reitor observou que a administração central conversa com as empresas e também com

as unidades para preservar o fluxo das notas que atestam os serviços, para evitar possíveis demissões dos terceirizados. Por conta do fechamento dos restaurantes universitários por determinação dos governos estadual e municipal, a reitoria distribuiu quantinhas aos alunos no alojamento.

Os conselheiros sugeriram à administração central, para além do grupo de trabalho do coronavírus, a criação de um GT ou Fórum da Cidadania. “Podemos incorporar outras áreas para fazer um diálogo amplo com a sociedade. Temos que juntar ciência e solidariedade”, disse a professora Selene Alves, do Instituto de Matemática.

#### PRÓXIMO CR

A presidente da AdUFRJ ava-

liou de forma positiva os encontros. “A reunião com a Denise foi excelente, mas, ao mesmo tempo, muito difícil. Ela nos deu uma dimensão humana e ao mesmo tempo científica e política do que está ocorrendo”, resumiu. “Nos CRs, tivemos um bom quórum, e uma participação bastante diversificada”, disse.

A pró-reitora de Extensão, professora Ivana Bentes, é a convidada já confirmada no próximo Conselho de Representantes. O objetivo é tirar dúvidas sobre ações extensionistas a distância, durante a pandemia. Docentes do Instituto de Economia também serão chamados para tratar das medidas apresentadas pelo governo. O Conselho está agendado para segunda-feira, 6, às 14h30.

## ZOOM

### SINDICATO DISPONIBILIZA ZOOM PARA DOCENTES

Boa notícia para os sindicalizados. Desde a semana passada, a AdUFRJ oferece uma conta no aplicativo Zoom para reuniões entre professores. Até 10h do dia 1º de abril, houve 73 pedidos de agenda-

mento por 41 professores. Muitos já elogiaram a iniciativa. O Zoom permite videoconferências com até 100 pessoas. A proposta é contribuir para que os docentes possam manter-se conectados, durante a pandemia. O aplicativo pode ser baixado em <https://zoom.us>. Os interessados devem preencher o formulário eletrônico disponível em <http://bit.ly/agenda-mentozoom>, com 48 horas de antecedência. Com a conta, os professores ficam livres do limite de tempo de 40 minutos, imposto na versão gratuita do aplicativo.

## BATE-PAPO ALIVIA CONFINAMENTO



Um bate-papo eletrônico entre os colegas de diversas áreas da universidade é a experiência que a AdUFRJ está promovendo todas as sextas-feiras, a partir das 17h30. É o ‘Sextou - Tamo Junto’. “Estamos testando várias possibilidades, porque não podemos simplesmente parar e

ficar à espera das tradicionais reuniões presenciais”, afirmou o vice-presidente do sindicato, professor Felipe Rosa. Já ocorreram dois encontros, um no dia 20 e outro no dia 27. “Aqui o papo é livre, uma happy hour virtual”, resumiu o diretor Josué Medeiros, professor do IFCS.

## UFRJ UNIDA



TERCEIRIZADOS receberam trinta cestas básicas doadas pela AdUFRJ

## QUEM TEM FOME TEM PRESSA

Atuação conjunta e apoio imediato aos terceirizados, segmento da UFRJ mais fragilizado pela crise gerada pelo coronavírus. Assim podem ser resumidas as primeiras reuniões eletrônicas entre as entidades representativas da UFRJ durante a pandemia, nos dias 27 de março e 1º de abril. “Temos que reforçar nossos laços e denunciar a incapacidade do governo Bolsonaro”, afirmou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller.

Os representantes das entidades começaram a consolidar a ideia de um fórum para organizar as atividades de solidariedade e de defesa dos direitos da comunidade universitária. Haverá ação coordenada nos jornais e informativos das entidades em defesa dos terceirizados. E será

solicitada uma reunião conjunta com as pró-reitorias de Finanças e de Governança para tratar da situação destes profissionais durante a pandemia.

Representante da Associação dos Trabalhadores Terceirizados (ATTUFRJ), Robson de Carvalho agradeceu especialmente à AdUFRJ pela doação de 30 cestas básicas a funcionários de limpeza do CCMN, na semana passada. Antes da crise do coronavírus, os trabalhadores de limpeza do CCMN já sofriam atrasos nos pagamentos, com três meses sem auxílio transporte e alimentação. Uma situação agora agravada pela saída da empresa prestadora do serviço. Existe uma campanha da associação dos terceirizados para o recebimento de doações

pela conta 22.784-6, agência 1517-2 do Banco do Brasil, em nome de Robson de Carvalho. A associação docente, APG, ATTUFRJ, DCE e Sintufjr também vão organizar encontros semanais para acompanhamento da situação na universidade. Será elaborada uma nota conjunta contra as medidas do governo de corte de bolsas e de salários. “Todo dia, enfrentamos muitas dificuldades com este governo desastroso”, criticou Joana de Angelis, do Sintufjr. Nas redes sociais, o objetivo é construir eventos online e promover a divulgação de cards. “É importante um calendário conjunto e fazer atividades culturais para manter essa comunidade unida”, defendeu a pós-graduanda Kemily Toledo.

## SOLIDARIEDADE



Fundo COPPETEC de apoio ao complexo hospitalar da UFRJ

DESTINATÁRIO COPPETEC  
CNPJ 72.060.999/0001-75  
Banco do Brasil  
Agência 2234-9  
Conta 55.620-3

Para mais informações entre em contato pelo telefone 3622-3402 ou email [doador@coppetec.ufjr.br](mailto:doador@coppetec.ufjr.br)



## A GIGANTE CIÊNCIA DA SOLIDARIEDADE

As ações de solidariedade têm se multiplicado por todo o país no enfrentamento da crise do coronavírus. A AdUFRJ destaca algumas delas, voltadas para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

A primeira delas é a doação para o Fundo de Apoio aos hospitais da UFRJ gerido pela Coppetec, uma das fundações de apoio da universidade. Até o dia 31, já foram arrecadados R\$ 334 mil de 509 doadores. No site da Coppetec, também é possível acompanhar a execução das despesas, como a compra de 229 macacões e 180 pacotes de toucas, por R\$ 9,9 mil. Qualquer



COM ROBERTO MEDRONHO  
Médico infectologista  
Professor da Faculdade de Medicina  
e coordenador do GT Coronavírus  
da UFRJ



SILVANA SÁ  
silvana@adufjr.org.br

O terceiro episódio do “Pílulas antimonotonia” contou com a participação do professor Roberto Medronho, ex-diretor da Faculdade de Medicina e coordenador do GT Coronavírus da UFRJ. Ele deixa um importante recado diante das tentativas – sobretudo do presidente Jair Bolsonaro – de suspender as medidas restritivas de combate ao novo coronavírus. O docente afirma que é “uma irresponsabilidade” acabar com o isolamento social neste momento da epidemia no Brasil. As medidas, diz o médico, “ainda não surtiram o efeito esperado na redução da curva”. Acompanhe outros vídeos na TV AdUFRJ: [www.youtube.com/adufjr](http://www.youtube.com/adufjr).

## ‘AS MEDIDAS NÃO SURTIRAM O EFEITO ESPERADO NA REDUÇÃO DA CURVA’

“CONSIDERO UMA IRRESPONSABILIDADE, do ponto de vista epidemiológico, a suspensão das medidas restritivas, porque nós estamos há duas semanas da instalação dessas medidas e elas ainda não surtiram o efeito esperado na redução da curva [de contágio].

RECONHECEMOS O IMPACTO ECONÔMICO que isso traz, mas agora temos que salvar vidas. Precisamos que os governantes, em especial o governo federal, junto com os governantes estaduais invistam em medidas políticas e econômicas para mitigar o efeito econômico, especialmente nas classes menos favorecidas.

MAS SUSPENDER as medidas restritivas agora será pior, porque teremos, mais à frente, uma epidemia com várias mortes e, também, uma grave crise econômica.”

vigilantes da policlínica, que fica na av. Marechal Rondon, 381, São Francisco Xavier.

#### LEITOS NO HU

O Instituto da Criança quer viabilizar 50 leitos de UTI no Hospital do Fundão. A ação visa à reforma de espaço, aquisição de equipamentos e custeio da equipe de atendimento. Após a pandemia, os leitos ficarão de legado para o hospital. O custo estimado de cada um é de R\$ 110 mil. O Hospital Universitário responderá pela gestão técnica operacional, enquanto o Instituto da Criança fará a gestão de recursos, monitorando as etapas a fim de prestar contas do que será feito. Doe qualquer quantia para:

Bradesco (banco 237), Agência: 0551-7, Conta Corrente: 0014411-8, CNPJ 02.744.697/0001-30 (Instituto da Criança).

# Capes corta 338 bolsas da UFRJ

ANA BEATRIZ MAGNO  
anabiamagno@adufjr.org.br

Não há incoerência na gestão Bolsonaro. Ele despreza a ciência no discurso político e na prática orçamentária. No dia 18 de março, a Capes publicou portaria com cortes gigantescos no sistema nacional de pesquisa. Só a UFRJ perdeu 338 bolsas de pós-graduação. A redução surpreendeu a comunidade acadêmica de todo o país, foi rechaçada pelos 49 coordenado-

res de área da própria Capes e mobilizou a sociedade civil num momento em que a população mundial reconhece a pesquisa científica como a melhor arma contra a pandemia do corona.

A tesourada acertou tanto os programas mais consolidados e com elevadas performances quanto os que se esforçam para melhorar seus indicadores. A UFRJ ficou sem 242 bolsas do programa de demanda Social e 96 do Proex - voltado para os Programas de Excelência.

“O conjunto dos 11 cursos da UFRJ que mais perderam bol-

sas é formado exclusivamente por cursos com notas 5, 6 e 7 e totalizam uma perda de 118 bolsas”, lamenta a pró-reitora de pesquisa, professora Denise Freire, resumindo em seguida o impacto da mudança. “No caso do Programa de Química, por exemplo, impedirá o ingresso de novos bolsistas no curso de mestrado e doutorado”.

A Química, curso com nota 6 na Capes, perdeu 15 bolsas de doutorado e 12 de mestrado. Na Ecologia, a redução foi de 13. E na História social de 10, segundo o levantamento realizado por

Denise Freire e pelo superintendente acadêmico de pós-graduação, professor José Luís Lopes da Silveira.

Após o dimensionamento do impacto nos programas de pesquisa, a pró-reitora encaminhou uma carta indignada ao presidente da Capes, Benedito Aguiar, empossado em janeiro deste ano. “Permita-me dizer que foi com grande surpresa que essa Pró-reitoria tomou conhecimento da publicação da Portaria nº 34, de 18 de março de 2020, que alterou a distribuição dos pisos e tetos para a concessão de bolsas

aos Programas de Pós-graduação”, escreveu Denise Freire.

O anúncio da Capes ocorreu quando os cursos já haviam concluído o processo seletivo para o ano de 2020 e selecionado os seus candidatos à bolsa, o que gerou indignação entre os pós-graduandos de todo o país. “A medida prolongará o clima de pânico e desesperança que já existe entre os pós-graduandos e todos que integram o sistema nacional de pós-graduação brasileiro”, lamentou, em nota, a Associação Nacional de Pós-Graduandos

Para reduzir essa desesperança, a pró-reitoria de pesquisa da UFRJ sinalizou que só há um caminho – revogar a portaria que reduziu as bolsas. “A nova portaria criou um conjunto de dificuldades para as quais uma solução razoável e possível é a sua alteração ou revogação, como forma de reduzir os impactos negativos para os diversos Programas de Pós-graduação”

Leia abaixo, a íntegra da carta.



## CARTA DA PR-2

**DENISE MARIA GUIMARÃES FREIRE**

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo respeitosamente e parabenizá-lo pela nomeação ao honroso cargo de Presidente da CAPES, instituição tão cara a todos nós que atuamos na formação de recursos humanos para a pesquisa e para o ensino superior. Como Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa da UFRJ, acredito que comungamos do mesmo sentimento de que a CAPES é uma instituição valiosa e com importância inquestionável para o desenvolvimento dos recursos humanos, que o país tanto necessita, para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

Permita-me dizer que foi com grande surpresa que essa Pró-reitoria tomou conhecimento da publicação da Portaria no 34, de 18 de março de 2020, que alterou a distribuição dos pisos e tetos para a concessão de bolsas aos Programas de Pós-graduação, definidos pelas Portarias no 20 e no 21, de fevereiro de 2020.

Infelizmente, tal medida, anunciada em 18 de março de 2020, menos de um mês após a divulgação da concessão das cotas de bolsas aos Programas de Pós-graduação, em 3 de março de 2020, alterou substancialmente o espírito das Portarias 20 e 21, especificamente no que tange ao limite de perdas no número de bolsas.

As referidas portarias, que foram construídas por meio do debate com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), previam que as perdas não poderiam ser superiores a 10%, o que permitiria uma adaptação mais adequada e equilibrada a nova política de distribuição de bolsas.

A Portaria 34, no entanto, ampliou de modo bastante drástico os pisos e tetos para a distribuição das bolsas, o que resultou em um aumento substancial da cota empréstimo na concessão de bolsas aos Programas, anunciada em 18 de março de 2020. Essa ampliação, resultou em um impacto extremamente negativo para alguns Programas bem avaliados, incluindo cursos de excelência, com notas 6 e 7.

A cota empréstimo, tal como decorre da aplicação das Portarias 20 e 21, posteriormente alterada pela Portaria 34, impõe uma perda progressiva na cota total de bolsas dos Programas de Pós-graduação. Materializando-se em um corte do número de bolsas que ocorre a curto, médio e longo prazo. Na UFRJ, as perdas chegarão a um total de 338 bolsas, das quais 242 bolsas de Programas atendidos pelo Programa de Demanda Social e 96 bolsas de Programas de Pós-graduação contemplados pelo PROEX, que é voltado para os Programas de Excelência. Esses números ultrapassam amplamente o limite de 10% inicialmente proposto pelas Portarias 20 e 21 e alcançam 20,8% para os Programas da Demanda Social.

A título de exemplo, o conjunto dos 11 cursos da UFRJ que mais perderam bolsas é formado exclusivamente

por cursos com notas 5, 6 e 7 e totalizam uma perda de 118 bolsas, ao passo que com base nos critérios das Portarias 20 e 21 esses mesmos cursos sofreriam uma perda muito menor, de 36 bolsas. Ainda que soe estranho penalizar cursos com boa avaliação, compreende-se que a atual gestão da CAPES e do Ministério da Educação desejem implantar uma política para alocação de bolsas que considere mais adequada, entretanto o impacto abrupto imposto pela Portaria 34 trouxe um desequilíbrio para a gestão dos Programas. No caso do Programa de Química, por exemplo, impedirá o ingresso de novos bolsistas no curso de mestrado e doutorado. A tabela a seguir apresenta alguns números que nos levaram a essas conclusões, onde constam um curso com nota 7, quatro cursos com nota 6 e seis cursos com nota 5.

TABELA 1

Programas	Nota CAPES	Curso	Perda de bolsas*
Química	6	Doutorado	15
Química	6	Mestrado	12
Ecologia	5	Doutorado	13
Filosofia	5	Doutorado	12
Ciência de Alimentos	5	Doutorado	11
Ciências Biológicas-Zoologia	6	Doutorado	11
História social	6	Doutorado	10
Geologia	5	Mestrado	9
Odontologia	5	Mestrado	9
Teoria psicanalítica	5	Doutorado	9
Ciência e Tecnologia de Polímeros	7	Doutorado	7

\*Na Cota Curso (Portaria 34)

É preciso mencionar também, que a nova portaria foi apresentada tardiamente, quando os cursos já haviam concluído o processo seletivo para o ano de 2020 e selecionado os seus candidatos à bolsa. Após a divulgação da concessão, com base nas Portarias 20 e 21 em 3 de março, muitos Programas receosos que um atraso na implantação das bolsas trouxesse prejuízo aos alunos, e já de posse da informação quanto a cota de bolsas, informaram aos candidatos que seriam agraciados para que preparassem a documentação necessária e pudessem se organizar para o início do curso, indicação que em muitos casos não pode se concretizar em razão da Portaria 34. É natural o desconforto que essa situação trás aos alunos, principalmente para aqueles que tenham se desligado de compromissos assumidos para cursar a pós-graduação, bem como para os que não têm condição financeira para realizar o curso sem a bolsa. A Pró-reitoria teve relatos dramáticos de alunos em tal situação.

Um ponto positivo das Portarias 20 e 21 pode ser ressaltado pela análise da concessão de bolsas de doutorado à UFRJ. A tabela a seguir apresenta o número de bolsas de doutorado concedidas em função da nota na avaliação da CAPES. Na tabela não são considerados os

cursos novos, com conceito A, e os cursos de doutorado com nota 3 estão incluídos apenas para completude. No final de 2019, cota total de bolsas de doutorado era de 1672 bolsas. A implantação da nova política de bolsas da CAPES, dada pelas Portarias 20 e 21 resultou em um aumento total de 82 novas bolsas, quando a cota total atingiu 1754 bolsas. Pode ser observado um aumento tímido no número de bolsas nos cursos com nota 4 e 5 (sete bolsas para cursos com nota 4 e quatro bolsas para cursos com nota 5), mas os cursos com nota 6 e 7 tiveram um aumento considerável de bolsas, 65 e 27, respectivamente. Por outro lado, a aplicação dos limites definidos pela Portaria 34 resultou em um aumento total de apenas 2 bolsas de doutorado, porém os cursos com notas 4 e 5 perderam 26 e 39 bolsas, respectivamente, enquanto os cursos com nota 6 ganharam 24 bolsas e os com nota 7 ganharam 43 bolsas. Fica claro que, na UFRJ, a Portaria 34 implicou em uma transferência das cotas de bolsas de doutorado dos cursos com nota 4 e 5 para os cursos com nota 6 e 7. Isso mostra, mais uma vez, o pouco comedimento da adoção da nova portaria.

TABELA 2

Nota*	Nº de Bolsas em 2019	Após portarias 20 e 21		Após portaria 34		Variação total
		Nº de bolsas	Variação	Nº de bolsas	Variação	
3	25	0	-25	0	0	-25
4	237	244	7	218	-26	-19
5	462	466	4	427	-39	-35
6	500	565	65	589	24	89
7	448	475	27	518	43	70
Totais	1672	1754	82	1756	2	84

\*Nota CAPES (curso de doutorado)

Pelos pontos apresentados, se observa que a nova portaria criou um conjunto de dificuldades para as quais uma solução razoável e possível é a sua alteração ou revogação, como forma de reduzir os impactos negativos para os diversos Programas de Pós-graduação. Por essa razão, peço, respeitosamente, que a CAPES revise as decisões que nortearam a publicação da Portaria 34 e reverta seus efeitos, de forma a se ter uma aplicação paulatina dessas políticas como vinha sendo indicada pelas portarias anteriores.

Finalmente, gostaria de mencionar a interrupção da concessão de cotas para a Pró-reitoria. O retorno da referida cota poderia ser muito útil nesse momento, pois seria mais um recurso para corrigir as pontuais dificuldades que surgem da adoção da nova política de alocação de vagas e suavizar o período de transição, de modo a tentar evitar que Programas em recuperação ou cuja aplicação dos novos critérios tenha criado distorções sejam prejudicados em suas atuações.